

TRABALHO DE EXTRAÇÃO DO AÇAÍ E AS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS RIBEIRINHAS: um estudo na ilha do Combú

Raimundo Sócrates de Castro Carvalho¹
Vera Lúcia Batista Gomes²

RESUMO

Este estudo analisa as condições de vida das famílias que trabalham com a extração do açaí na ilha do Combú, localizada na região Região Metropolitana de Belém (RMB). A princípio tentou-se compreender essa forma de trabalho realizada pelas famílias na referida ilha e a sua relação com o modelo de desenvolvimento imposto para a Amazônia. A seguir procurou-se analisar as condições objetivas de vida dos trabalhadores e suas respectivas famílias que dependem dessa forma de trabalho para a sua reprodução social. Por último, foram apresentadas as considerações finais obtidas com a realização deste estudo.

Palavras-Chave: trabalho, condições de vida e açaí.

ABSTRACT

This study it analyzes the conditions of life of the families that work with the extraction of açaí in the island of the Combú, location in the region metropolitan of Belém. The principle was tried to understand this form of work carried through for the families in the development model tax for the Amazonian. This pursue search to analyze the conditions objective of life of worker end respective families that to depend worker for social reproduction. To finish the under consideration.

Keywords: Work, conditions of life end açaí.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa exploratória realizada no período de outubro e novembro de 2006 e março de 2007. Tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre “O Trabalho de Extração do Açaí e as Condições de Vida das Famílias Ribeirinhas: um estudo na Ilha do Combú, que se constitui objeto de estudo de minha dissertação de mestrado em Serviço Social na Universidade Federal do Pará”. O interesse por este estudo surgiu devido, nos últimos anos, ter aumentado a demanda do açaí no mercado local, regional e internacional, mas contraditoriamente, o trabalho extrativo do açaí na referida ilha, não tem possibilitado melhoria das condições de vida dos trabalhadores e de suas respectivas famílias que dependem dessa forma de trabalho para a sua reprodução social. Apesar de que esta forma de trabalho tem contribuído para atender certas necessidades básicas desse segmento populacional. O trabalho com a extração do açaí na

¹ Mestrando de Pós-Graduação da UFPA

² Doutora. Pós-Graduada pela Ufpa.

região Amazônica, em geral, e em particular na ilha do Combú, ainda é baseado em técnicas tradicionais que se adaptam às condições locais.

Para a realização deste estudo foi realizada uma pesquisa exploratória junto aos trabalhadores que realizam atividades com o extrativo do açaí e residem na referida ilha. Teve como instrumento de coleta de dados, o formulário que constatou de perguntas abertas e fechadas relacionadas as condição de trabalho e as condições de vida das famílias dos respectivos trabalhadores. Sendo assim, inicialmente procurou-se compreender em que consiste o trabalho com a extração do açaí, ou seja, as condições objetivas pelas quais o mesmo é realizado e a sua relação com o modelo de desenvolvimento imposto para a Amazônia na perspectiva da totalidade social. A seguir, foram analisadas as condições de vida das famílias que dependem dessa forma de trabalho para a sua reprodução social. Ao final, apresentam-se as considerações finais sobre o resultado da mencionada pesquisa.

2 O TRABALHO EXTRATIVISTA E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

O extrativismo vem sendo praticado na Amazônia desde longa data. Constitui-se uma atividade primária que só se mantém no mercado competitivo se o produto coletado possuir um alto valor no mercado que supere as desvantagens locais, pois “[...] Tais atividades geram um regime de exploração quando não de servidão e completo desamparo e desassistência” (BENCHIMOL, p.39. 1992). Tal lógica do processo inicial do trabalho extrativista vem paulatinamente mudando, segundo a singularidade de cada realidade, visto que a demanda de produtos extrativistas vem aumentando consideravelmente, como é o caso do açaí. Isto posto, pergunta-se: O que tem assegurado o trabalho extrativista com o açaí na ilha do Combú? Qual a relação existente entre essa forma de trabalho e o modelo de desenvolvimento instituído na Amazônia? Em que condições são realizadas essa forma de trabalho? O trabalho com a extração do açaí possui uma organização social, como por exemplo, cooperativas, associação de produtores, etc.? Esse trabalho se realiza apenas de forma imediata, ou seja, se detém na extração “in natura” do produto? E fundamentalmente, como se apresentam as condições objetivas de vida dos trabalhadores e de suas família na medida em que dependem dessa forma de trabalho para a sua reprodução?

O extrativismo, não raro, é apontado como opção inviável para o desenvolvimento da Amazônia. Tal consideração apóia-se numa visão dessa atividade como simples coleta de recursos naturais, o que excluiria técnicas como cultivo, criação e beneficiamento. No caso da região amazônica, essa visão se apresente limitada, pois não leva em consideração a cultura das populações locais que favorece a relação com a natureza. Assim, se faz necessário a ampliação dessa concepção, admitindo que exista

alguma tecnologia e usos dos recursos naturais incluídos no modo de vida e na cultura extrativistas.

Dentre os poucos estudos teóricos existentes no país sobre extrativismo, destaca-se aquele realizado pelo especialista em economia rural HOMMA (?) no qual ele aponta, com base na teoria econômica neoclássica, a inevitável extinção dessa atividade. Esse autor sustenta que: “A economia extrativa (...) começa pela descoberta do recurso natural que apresenta possibilidade econômica ou útil (...). A seqüência natural é o início do extrativismo como atividade econômica. (p.56). Essa interpretação conclui ser impossível superar as condições de atraso da atividade extrativista por meio de um salto de qualidade das forças produtivas (e não só das tecnologias de produção), o que tornaria tal atividade inviável como base para o desenvolvimento da Amazônia.

No entanto, análises que apontam essa “extinção” se apresentam, em geral, atreladas ao dilema “extrativismo puro” ou a “domesticação”. O primeiro termo fundamenta o conceito de extrativismo, entendido por HOMMA (?) como “coleta de produtos existentes na natureza com produtividade baixa ou produtividade declinante”. Nessa perspectiva, toda atividade de cultivo, criação, beneficiamento ou processamento, mesmo integrando um sistema de produção e um modo de vida extrativa, não seria mais considerado extrativismo, mas domesticação. Se tomarmos por base esta concepção, tenderíamos a considerar o trabalho extrativista do açaí realizado na ilha do Combú pelos pesquisados, com características da domesticação, seja porque a produção do bem não elimina o objeto de produção (‘extrativismo por aniquilamento’), seja porque a busca da produção é feita junto a outras atividades ligadas a produção familiar de cunho imediato (não só o ‘extrativismo de coleta’).

O conceito de extração, portanto, é amplo em seu objeto, por se aplicar à totalidade do ecossistema natural, e restrito em sua função, por limitar a apropriação dos recursos às qualidades e quantidades dos estoques primitivos, sem intervenção racional para sua ampliação. A especificidade da Amazônia, quanto à intervenção das populações tradicionais nos ecossistemas naturais, é a diversificação do uso dos recursos em sistemas de coleta, cultivo e criação de animais. Tais práticas estão fundadas na cultura tradicional das populações amazônicas, que estabelecem uma relação homem-natureza. Seringueiros e índios vêem na floresta a sua morada e a de seus ancestrais, um ambiente conhecido e acolhedor, objeto de seu saber e de suas crenças e fonte de sua subsistência. Contraditoriamente, empresários agropecuários vêem um ambiente estranho e hostil, um obstáculo a ser superado para que tenham acesso à fonte de seu lucro.

Isto posto, o conceito de extrativismo transcende o nível econômico. Na verdade, a mudança conceitual corresponde às alterações dessa forma de trabalho na Amazônia que se apresenta cada vez mais como uma atividade econômica de produtores “autônomos” e

de organização social. Assim, a produção diversifica-se, mas continua subordinada a lógica de mercado em nível local, regional, nacional e internacional, sem, contudo, romper inteiramente com o universo cultural das populações tradicionais (seringueiros, ribeirinhos, índios etc.) na medida em que possuem características culturais próprias que cimentam e dão unidade ao ambiente social extrativista. A produção apóia-se no trabalho familiar ou comunitário, depende do uso imediato dos recursos, subordina-se aos ciclos naturais e tem como racionalidade, em geral, não o lucro, mas a reprodução social e cultural.

Dessa maneira, durante 20 anos, ou seja, de 1965 a 1985, o Brasil praticou uma política de ocupação da Amazônia, e de expansão da sua fronteira agrícola. Para tanto abriu estradas, distribuiu terras, organizou colônias e deu inúmeros incentivos, especialmente de crédito subsidiado, para instalar fazendas agropecuárias e empreendimentos madeireiros na região. Esta política de destruição da floresta aniquilou o extrativismo em várias regiões, como por exemplo, no Estado do Pará, onde foram derrubados os castanhais mais ricos do país, ou no estado de Rondônia, onde na área de influência da estrada BR 364, desapareceram seringais e castanhais. Desapareceram também diversas áreas extrativistas em Mato Grosso, Maranhão e Acre.

Sendo assim, os desequilíbrios regionais favoreciam muito mais o Centro-Sul do país, em especial São Paulo que possuía uma moderna indústria produtora de bens de consumo não duráveis e se constituía o setor mais dinâmico economicamente do país. A Amazônia, devido a sua atrasada base agrícola, estava excluída do processo econômico, social e político, por isso, o governo federal criou uma política de ocupação territorial da mesma, transferindo a esta a responsabilidade de prover com recursos próprios, tarefas sociais e de desenvolvimento complementar ao desenvolvimento nacional. Foi neste contexto que, em 1953 passou-se a estruturar a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), órgão responsável pelo desenvolvimento da região. Através desta instituição definiu-se a área de abrangência da Amazônia Legal, que compreende os Estados do Pará, Amazonas, Acre, Amapá, parte do Estado do Mato Grosso, Goiás, atual Tocantins e norte do Maranhão.

Assim, foram implantados os grandes projetos minerais na região Amazônia, os quais são entendidos com aqueles que geram impacto, aqueles empreendimentos ou complexos produtivos de grande porte patrocinados e/ou financiados em grande parte pelo Estado, cujo investimento é equivalente ou superior a um milhão de dólares, instalados a partir da década de 70 (BECKER:1994). Com o caráter mínero-metalúrgicos e hidrelétricas (hidrelétrica de Tucuruí, Porto Trombetas, Balbina, Carajás, Albras/Alunorte).

Como se vê o modelo de desenvolvimento na Amazônia sob a ótica da integração nacional impulsionou a modernização das estruturas econômicas através de uma política conduzida pelo Estado e ao mesmo gerou diversas esferas sociais não foram

atingidas igualmente pelos princípios organizadores da sociedade moderna, resultando na superficialidade da modernização promovida pelo desenvolvimentismo brasileiro. Assim, esse modelo baseado no processo de industrialização brasileira não gerou somente uma falta de integração entre os elementos organizacionais e uma estrutura de ação social moderna, mas, contraditoriamente, fez surgir um abismo social e econômico entre as regiões a partir da concentração dos setores mais dinâmicos da economia. É nesta perspectiva de desenvolvimento que se pode compreender o trabalho extrativista com o açaí. Com base nessas considerações entende-se que a concepção de trabalho extrativista está diretamente relacionada à totalidade social: a todas as instâncias da vida social: a econômica, a política e a cultural que expressam pelas relações de forças sociais existentes em determinado momento histórico.

3 O TRABALHO EXTRATIVISTA COM O AÇAÍ NA ILHA DO COMBÚ

A Ilha do Cumbú localiza-se ao sul da cidade de Belém, há cerca de 1,5 km. Apesar de estar em condições descontínuas de espaço, faz parte da RMB. O trabalho extrativista do açaí realizado nessa localidade é baseado no sistema de valores do trabalhador extrativista e inseri-se na organização do espaço através do sistema de manejo apoiado em saberes, práticas e tradições do mencionado trabalhador. Tais características podem ser percebidas no processo de trabalho que ainda se dá através de instrumentos rudimentares.

Dessa forma, o trabalho extrativo do açaí necessita prever os ciclos negativos e disponibilizar uma variação na produção de derivados como (vinho, doces, licores, sabonetes, creme dental, etc...) ao mercado. Contudo, o que se constata na ilha do Combú é que o trabalho extrativista do açaí é realizado para suprir certas necessidades imediatas voltadas para a sua reprodução social. No entanto, a produção mediata tem revelado certo crescimento demandado pelo próprio mercado, porém não proporciona retornos significativos à produção imediata devido a ausência de incentivo às inovações tecnológicas por parte das esferas governamentais, assim como a falta de infra-estrutura para conservação e escoamento do produto. Dessa forma, esse trabalho se limita ao “extrativismo pelo extrativismo”, exercido em condições de trabalho precárias (não garantia dos direitos trabalhistas – férias, 13º salário, FGTS, etc.) e previdenciárias.

Com efeito, não gera a capacidade de diversificação do produto e, em consequência não proporciona o aumento da renda e nem a melhoria das condições de vida desse segmento populacional. Pois, como se sabe, é o trabalho que determina a produção e a reprodução da existência do ser social. É através do trabalho que o homem subordina as forças da natureza “ao seu próprio poder”, transformando-as em meios, em objetos de

trabalho, em matérias primas, etc. “Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 1995, pp. 297).

Embora a população ribeirinha residente na Ilha do Combú - que vive do trabalho extrativo do açaí - possua interesse em inserir-se na produção mediata do açaí, a exemplo, a produção do seu subproduto palmito, as condições objetivas históricas não permitem. Até o início dos anos 70, quando o palmito não era amplamente demandado pelo mercado regional, nacional e internacional, o produto extrativo mais importante do açazeiro era o seu fruto. Tal importância decorria do fato de que o “vinho” constituía elemento fundamental na dieta alimentar das famílias ribeirinhas, além de ser também eventualmente comercializado, adquirindo neste caso o sentido de possibilidade de geração de renda (MOURÃO, 2001). Assim, o trabalho de extração do açaí aponta indicadores crescentes, transformando este fruto numa mercadoria e conseqüentemente, seus extratores em produtores de mercadorias, isto aproxima cada vez mais trabalhador e interesses da economia de mercado.

Dessa maneira, para os trabalhadores pesquisados a produção do açaí é utilizada no grande consumo cotidiano, assim como para toda a população residente nas localidades que se encontram às margens do estuário dos rios da Amazônia. Porém, constata-se que o consumo de parte desta produção vem alcançando mercados em outras regiões do país, assim como o mercado externo.

nos últimos anos é crescente a importância econômica do fruto de açaí em vários Estados da região da Amazônia, visto que o açaí é há séculos fonte básica de alimentação para a sua população local e possui um amplo mercado regional. Estima-se que 59% do comércio de açaí é regional – ou seja está circunscrito às cidades da região do estuário do Rio Amazonas” (LAMERA:1997, p.16.).

Pelo exposto, pode-se deduzir que a produção do açaí é caracterizado por dois momentos: o alto-consumo, por uma parte da população ribeirinha, que na maioria das vezes são os próprios trabalhadores utilizam para garantir, a sua reprodução social, e outro momento onde se dá a parte da comercialização.

as famílias que trabalham na extração do açaí, em geral, reservam para o auto consumo entre 1/3 a 1/5 do produto total coletado. Uma família de 10 pessoas consome 01 rasa de açaí por dia, o que significa 20 L ou 14 Kg. Em função do tamanho da safra e da demanda local (cidade), o preço da rasa (14 kg) pode variar de US\$ 17. Também, em cidade como Belém, a demanda por açaí pode chegar a 04 toneladas/dia (SHANLEY, 1998, p.29).

4 AS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS RESIDENTES NA ILHA DO COMBÚ

Pelo exposto constata-se que as famílias que sobrevivem da extração e da coleta do açaí-palmito, têm nessa atividade; uma das principais fontes de renda e consumo. Assim, a forma extrativa do açaí vem atendendo minimamente a reprodução social das pessoas residentes na referida ilha, na medida em que buscam estabelecer um valor agregado a esta produção. O açaí é um produto típico da região amazônica, em particular nas áreas pesquisadas possui um valor agregado, principalmente a partir do suco do açaí que pode gerar renda e introduzir novas tecnologias para o preparo de polpas, doces, sorvetes, geléias etc. visto que existe demanda para este produto. A comercialização do açaí e seus derivados vêm ganhando mercado, principalmente no tocante à utilização e variação do produto, pois cada vez mais são consumidos como sobremesas, sucos, licores alcoólicos etc. tanto em restaurantes e congêneres quanto nos lares, meio a embalagens e porções individuais.

O Índice de Desenvolvimento Humano no Município (IDH-M), responsável pelo parâmetro de desenvolvimento e condição de vida, relacionado os fatores de escolaridade, longevidade e renda a uma esfera municipal, tendem a confirmar, esse caráter desfavorável à condição de vida desse segmento populacional, principalmente quando observamos os dados referentes à essa área de pesquisada, nos anos de 1991 e de 2001, que indicam a pouca capacidade de legitimar o acesso aos direito à uma qualidade de vida e desenvolvimento. Este fato expressa uma contradição social visto que o Brasil ocupa o terceiro lugar na produção de frutas para exportação, e devido à eficiência da comercialização que vem sendo assegurada através do desenvolvimento de novas técnicas relacionadas, principalmente com a conservação, embalagem e transporte, vem descobrindo o crescente mercado para os de frutos nativos. Podemos observar que parte do universo pesquisado, tem suas vidas caracterizadas por mínimos sociais e pela quase ausência do poder público, Assim, a exclusão social pode ser empiricamente desvelada, pelas condições precárias de vida das famílias que residem na ilha, que não contam com uma rede de serviços que possam dinamizar o trabalho de extração do açaí, tornando-se vítimas fáceis de atravessadores, visto que não contam com alternativas para melhorar a qualidade do seu produto e assim, ampliarem a venda do mesmo para outros mercados. A exceção quando a produção alcança maiores quantidades, onde eles aventuram-se a vendê-la nas feiras livres, como a do açaí no bairro da cremação localizado na cidade de Belém.

5 CONCLUSÃO

As frutas amazônicas em geral têm, hoje, apelo comercial no Brasil e no mundo, pela curiosidade que despertam e pelos sabores únicos cada vez mais apreciados no mundo inteiro. O açaí é hoje uma das mais conhecidas dentre as frutas locais que tem contribuindo na pauta da exportação do centro. Apesar disso, poucos estudos e registros a respeito de tal produção tem sido efetuado. Essa forma de trabalho se apresenta para algumas famílias, ora como a principal fonte de renda e para outros, como complemento da renda familiar, visto que outros membros da família contribuem para a renda familiar através do trabalho informal em Belém, como: reparar e lavar carros – flanelinhas. Esta forma de trabalho é mais desenvolvida no período da entre-safra. (Essa realidade é constatada na afirmação do seu Pedro 59 anos. – *“quando nós apanha bastante o dinheiro é bom que dá pra vender na feira, quando não os filhos pequenos ajudam com o trabalho lá nas ruas de Belém”*).

Desta maneira, este estudo revela a preocupação de que não seja repetido a experiência do comércio do açaí com aqueles ciclos extrativista já vivenciado na Amazônia, como o da borracha e o da castanha, que simplesmente acumularam riqueza e fortuna nas mãos de figuras como os “barões” e ao final deixaram morte e pobreza para aqueles homens “livres” que se perdiam no trabalho ofegante e forçado do processo de extração em tais ciclos.

Essa realidade precisa ser transformada. Primeiramente no que se refere à valorização do trabalho extrativista. A seguir, urge a implantação de políticas públicas que realmente assegurem o acesso desses trabalhadores à garantia ao trabalho e o acesso aos direitos sociais, como: escola, saúde, crédito e incentivos à construção de espaços adequados para o armazenamento da produção e infra-estrutura necessária para o escoamento da produção tendo em vista extinguir a extração da mais-valia extraída pelos atravessadores.

O trabalho está nas bases das práxis humana é a luta social que efetiva as transformações. Lukács (1979, 88)

REFERÊNCIAS

ANDERSON, A. B. IORES, E. M. **A lógica do extrativismo**: manejo de recursos e geração de renda por produtores extrativistas no estuário amazônico. In: DIEGUES, A. C. MOREIRA, A. de C. C. (org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB – USP, 2001.

BECKER, B. K. MACHADO, L. O. **Relações de trabalho e mobilidade na Amazônia brasileira:** uma contribuição. In: Geopolítica da Amazônia, B. Becker, Zahar, Rio de Janeiro.

BENCHIMOL, S. **Amazônia:** formação social e cultural. Manaus: Universidade do Amazonas, 1999.

BRAGA, Ruy. **A restauração do capital:** um estudo da crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996.

CALZAVARA, B. B. G. **Açaizerios:** fonte inesgotável de palmito. Belém: EMBRAPA.

CAVALCANTE, P. C. **Frutas Comestíveis da Amazônia.** 5ª ed. Belém: CEJUP, 1991.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** Edições: Loyola.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia:** estado, homem, natureza. Belém: CEJUP, 1992 (Coleção Amazônia, nº 1).

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalista.** 6ª ed. São Paulo: Paz e terra, 1991.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro I. vol. 1. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

NASCIMENTO, M. Sérgio. **A venda de roupas usadas nas feiras do barreiro e do Guamá:** Uma estratégia de inserção ao trabalho? 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro Sócio – Econômico.

PINTO, L. Flávio. **Amazônia do século perdido:** a batalha do alumínio e outras derrotas da globalização. Belém: Grafisa.

POLAMYU, K. **A grande transformação:** as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campos, 1991.